

Abril de 2015

Rede Servidores

---

## Balanço dos Pisos Salariais dos Servidores da Administração Direta do Estado de São Paulo

---



## Introdução

---

Este trabalho analisa a evolução real dos pisos salariais dos servidores públicos da administração direta do Estado de São Paulo, a partir da data de reestruturação de cada carreira, entre março de 1998 e janeiro de 2015. Para isso, foi considerada toda a legislação estadual que modificou os valores dos pisos salariais no período, incluindo mudanças recentes nos Planos de Cargos e Salários (PCS), incorporações de gratificações, reenquadramentos funcionais e reajustes. O objetivo principal do estudo é subsidiar o conjunto dos trabalhadores do governo do estado de São Paulo nas negociações com a administração estadual.

Com base nos dados das várias tabelas salariais vigentes no período de referência, o estudo concentrou-se nas modificações do salário-base dos servidores estaduais.

## Considerações metodológicas

---

Para este trabalho, foi considerada como reestruturação da carreira quando um instrumento legal promovia ao menos duas alterações legais estruturantes, entre elas, as seguintes: mudança na nomenclatura do cargo; alteração em relação à exigência de ingresso; incorporação de gratificação; e extinção, criação ou reenquadramento de nível, faixa, classe, entre outras formas. Nos casos em que não houve reestruturação, foi utilizada a data de criação da carreira.

A remuneração dos servidores do estado de São Paulo assume diversas formas. Há carreiras em que o salário base se constitui no único fator de remuneração, outras em que a remuneração do servidor é composta por salário base e adicionais, sob a forma de gratificações, prêmios, abonos, bônus, cotas-parte, entre outros. O pagamento dos adicionais pode ocorrer em parcelas fixas ou variáveis, as quais decorrem de um percentual vinculado ao salário base, de uma espécie remuneratória, como Unidade Básica de Valor (UBV) e Unidade Fiscal do Estado de São Paulo (Ufesp) ou ainda, conforme o desempenho de determinadas atividades, medido por um resultado de curto prazo ou pela assiduidade do trabalhador. Os adicionais não são pagos necessariamente em parcelas com periodicidade mensal. Podem ser feitos pagamentos

trimestrais, anuais, entre outros. Por fim, a criação do adicional pode ser restrita a um cargo específico, a um conjunto de servidores ou àqueles vinculados a determinados órgãos ou unidades orçamentárias.

Neste estudo, a análise da evolução salarial das categorias será limitada ao salário base e as demais formas de remuneração serão analisadas somente quando incorporadas a ele. A análise das alterações na remuneração global do servidor será objeto de um próximo trabalho.

Para apurar perdas salariais e o reajuste necessário para recompô-las, foi utilizado como medida da inflação o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC-IBGE), calculado pelo IBGE.

Na Tabela 1, encontram-se as datas de reestruturação da carreira dos cargos analisados neste estudo. Ressalta-se que não há recorte temporal único, com o período de análise a partir da reestruturação da carreira ou do cargo, que varia de março de 1998 até fevereiro de 2013.

**TABELA 1**  
**Cargos segundo data de reestruturação da carreira**  
**Estado de São Paulo - março/98 a fev/13**

Cargos	Ano							Total
	1998	2001	2004	2008	2010	2011	2013	
Total	4	1	1	10	1	14	1	32
Participação	13%	3%	3%	31%	3%	44%	3%	100%

Fonte: Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Legislação Paulista  
Elaboração: DIEESE

Segundo dados da Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado de São Paulo, o total de servidores estaduais em efetivo exercício da administração direta em cargos permanentes, ou seja, quando não contabilizados os cargos em comissão, era de 435.337, em dezembro de 2014. Desse total, 293 mil servidores estavam alocados na Secretaria da Educação, equivalentes a 67,4% (Tabela 2). Outros 12,3% estavam na Secretaria da Saúde e 8,0% na Secretaria da Administração Penitenciária.

Neste estudo, o total de servidores analisados atinge 413.937, isto é, os ganhos e as perdas do poder de compra dos salários analisados a seguir contemplam 95,0% dos servidores. Destaca-se, ainda, que, nas cinco secretarias de maior contingente, pelo menos 84,0% dos servidores estarão contemplados neste estudo. A participação dos que são da Secretaria de Educação é de 99,3%.

**TABELA 2**  
**Total de Servidores<sup>1</sup> da Administração Direta do**  
**Estado de São Paulo, em efetivo exercício - dezembro de 2014**

Órgão	Total de Servidores	Participação em relação ao total de servidores da Administração Direta	Total de Servidores da Amostra	Participação da amostra em relação ao total do Órgão
Secretaria da Educação	293.265	67,37%	291.426	99,35%
Secretaria da Saúde	53.622	12,32%	49.463	92,31%
Secretaria da Administração Penitenciária	35.018	8,04%	33.492	94,81%
Secretaria da Administração Pública	34.333	7,89%	28.867	83,98%
Secretaria da Fazenda	6.455	1,48%	5.811	89,91%
Secretaria da Agricultura e Abastecimento	4.443	1,02%	519	11,68%
Secretaria de Planejamento e Desenv. Regional	2.087	0,48%	1.936	92,72%
Procuradoria Geral do Estado	1.579	0,36%	373	23,24%
Secretaria do Meio Ambiente	1.464	0,34%	547	37,30%
Casa Civil	867	0,20%	603	68,97%
Secretaria do Esporte, Lazer e Juventude	440	0,10%	166	36,59%
Sec. do Desenv. Econ., Ciência, Tecn. e Inovação	431	0,10%	120	27,61%
Secretaria do Desenvolvimento Social	274	0,06%	109	37,96%
Secretaria dos Transportes Metropolitanos	251	0,06%	4	1,59%
Secretaria da Gestão Pública	213	0,05%	130	35,68%
Secretaria do Emprego e Relações de Trabalho	175	0,04%	106	60,00%
Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania	119	0,03%	96	80,67%
Secretaria da Cultura	107	0,02%	40	37,38%
Secretaria da Logística e Transportes	48	0,01%	47	97,92%
Secretaria da Habitação	47	0,01%	38	80,85%
Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos	45	0,01%	15	33,33%
Secretaria do Turismo	35	0,01%	19	54,29%
Secretaria da Pessoa com Deficiência	17	0,00%	9	52,94%
Secretaria da Energia	1	0,00%	1	100,00%
Gabinete do Governador	1	0,00%	-	0,00%
<b>Total</b>	<b>435.337</b>	<b>100,00%</b>	<b>413.937</b>	<b>95,0%</b>

Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado de São Paulo

Elaboração: DIEESE

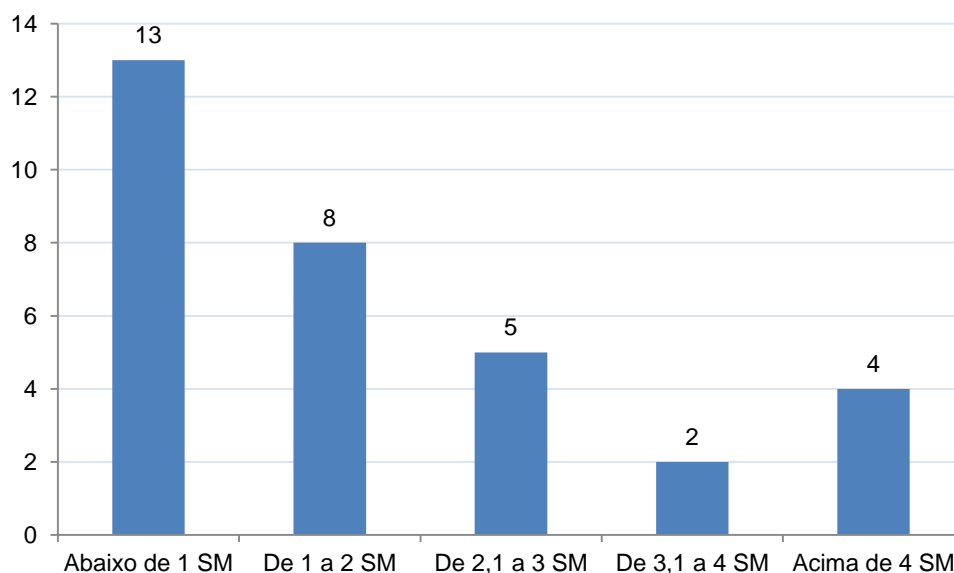
Nota: (1) Exceto servidores comissionados

## Resultados

Os servidores da amostra estão distribuídos em 32 categorias (ver a lista no anexo) e foram classificados em cinco faixas, conforme o salário base em relação ao salário mínimo (SM) nacional vigente em janeiro de 2015, que era de R\$ 788,00.

Treze categorias analisadas tinham salário base inferior a um salário mínimo (Gráfico 1). Convém reafirmar que o salário base é apenas uma parte da remuneração total dos servidores, mas é a referência principal para contribuição previdenciária<sup>1</sup>.

**GRÁFICO 1**  
**Total de Categorias segundo faixa de salário mínimo**  
**Estado de São Paulo - janeiro de 2015**



Fonte: Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo  
Elaboração: DIEESE

Outras oito categorias analisadas tinham salário base entre 1 e 2 salários mínimos; cinco categorias recebiam como salário base entre 2 e 3 SM; e duas outras, entre 3 a 4. Por fim, foram verificadas quatro categorias com salário base acima de 4 salários mínimos.

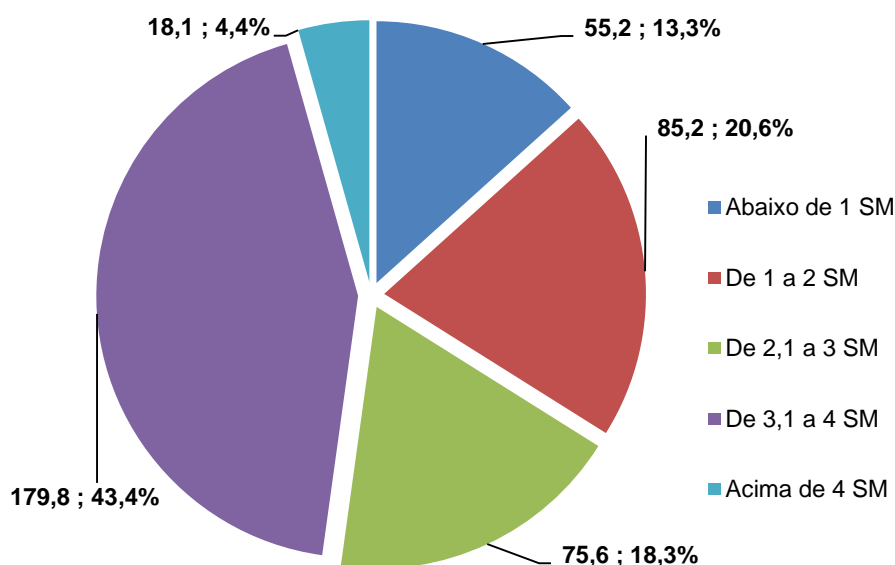
Em relação ao total de servidores segundo faixa de salário mínimo, 13,3% da amostra, equivalentes a 55.166 servidores, encontravam-se na primeira faixa, abaixo de

<sup>1</sup> Há algumas gratificações que também são contabilizadas para efeitos de contribuição previdenciária, mas este estudo concentrou-se somente nas alterações do salário base.

1 SM (Gráfico 2). Outros 4,4% estavam na faixa acima de 4 SM. A maior parte, contudo, encontrava-se na faixa de 3 a 4 mínimos, totalizando 179.751 servidores.

**GRÁFICO 2**  
**Servidores segundo faixa de salário mínimo**  
**Estado de São Paulo - janeiro de 2015**

*Em mil pessoas*



Fonte: Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo  
Elaboração: DIEESE

De acordo com o INPC-IBGE, das 32 categorias analisadas, 14 apresentaram perdas salariais acima de 10,0% do poder de compra do salário base, desde as reestruturações da carreira (Tabela 3). Outras duas categorias registraram perdas entre 5,0% e 10,0%. Por outro lado, cinco categorias apresentavam ganho no poder de compra de até 4,9%. Outras 11 categorias tiveram aumento acima de 10,0%, resultado, fundamentalmente, da incorporação de gratificações.

**TABELA 3**  
**Total de categorias segundo poder de compra do salário base**  
**Estado de São Paulo - janeiro de 2015**

<b>Poder de Compra</b>	<b>Total</b>
Perdas Salarias acima de 10,0%	14
Perdas Salariais de 5,0% a 10,0%	2
Perdas Salariais de 0,0% a 4,9%	0
Ganhos Salariais de 0,0% a 4,9%	5
Ganhos Salariais de 5,0% a 10,0%	0
Ganhos Salariais acima de 10,0%	11
<b>Total</b>	<b>32</b>

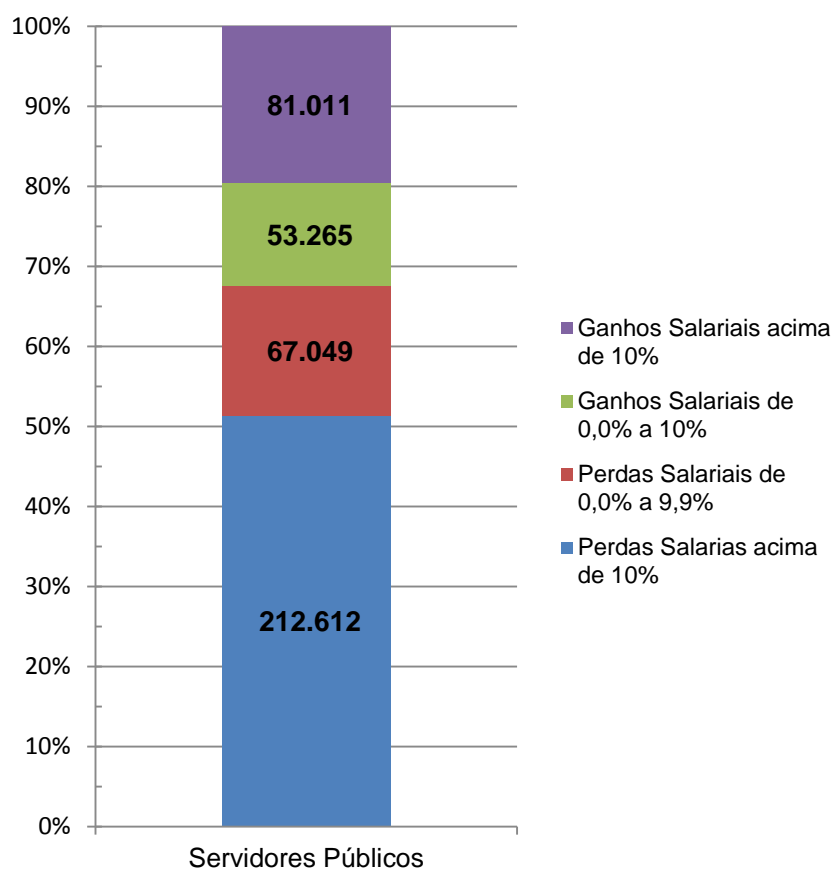
Fonte: Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo

Elaboração: DIEESE

Obs.: Valores referentes a 1º de janeiro de 2015 (INPC-IBGE)

Essa análise da distribuição de perdas e ganhos no poder de compra do salário base revela que 51,4% dos servidores tiveram perdas salariais acima de 10,0%, desde as reestruturações das carreiras (Gráfico 3). Além deles, outros 16,4% tiveram perdas de até 10,0%. Ou seja, cerca de 280 mil servidores do estado registravam, em janeiro deste ano, perdas no poder de compra do SB. É preciso considerar também que 134 mil servidores conquistaram ganhos no poder de compra do salário base, mas, como dito anteriormente, como resultado da incorporação de gratificações.

**GRÁFICO 3**  
**Total de Servidores segundo poder de compra do salário base**  
**Estado de São Paulo - janeiro de 2015**



Fonte: Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo  
 Elaboração: DIEESE

Como visto anteriormente, havia 13 categorias com salário base abaixo de 1 salário mínimo. Desse grupo, 10 categorias apresentaram perdas acima de 10,0% (Tabela 3). E entre as 14 que tiveram perdas acima de 10,0%, eram 10 as categorias que tinham salário base abaixo de 1 SM.

Já em relação às categorias que registraram ganhos acima de 10,0%, o resultado foi menos concentrado: 3 delas tinham salários base abaixo de 1 SM; 4 categorias com SB entre 1 e 2 salários mínimos; 3 categorias na faixa de 2 a 3 SM; e 1 categoria na faixa acima de 4 salários mínimos.



**TABELA 4**  
**Total de categorias segundo poder de compra do salário base e faixa de salário mínimo**  
**Estado de São Paulo - Janeiro de 2015**

Poder de Compra	Salário Base segundo faixa de Salários Mínimos					Total
	Abaixo de 1	De 1 a 2	De 2,1 a 3	De 3,1 a 4	Acima de 4	
Perdas Salarias acima de 10,0%	10	1		2	1	14
Perdas Salariais de 0,0% a 10,0%			1		1	2
Ganhos Salariais de 0,0% a 10,0%		3	1		1	5
Ganhos Salariais acima de 10,0%	3	4	3		1	11
<b>Total</b>	<b>13</b>	<b>8</b>	<b>5</b>	<b>2</b>	<b>4</b>	<b>32</b>

Fonte: Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo

Elaboração: DIEESE

Obs.: Valores referentes a 1º de janeiro de 2015 (INPC-IBGE)

Quanto à distribuição dos servidores, dos cerca de 212 mil que tiveram perdas acima de 10,0%, aproximadamente 30 mil tinham salário base abaixo de 1 SM; enquanto para outros 179 mil, o salário base variava entre 3 e 4 salários mínimos. Do contingente que registrou ganhos acima de 10,0% no SB, equivalente a 81 mil servidores, em torno de 25 mil tinham salário base abaixo de 1 SM, enquanto outros 34 mil registravam SB entre e 1 e 2 salários mínimos.

**TABELA 5**  
**Total de servidores segundo poder de compra do salário base por faixa de**  
**salário mínimo - Estado de São Paulo - Janeiro de 2015**

Abaixo de 1	Salário Base segundo faixa de Salários Mínimos				Total
	De 1 a 2	De 2,1 a 3	De 3,1 a 4	Acima de 4	
30.023	1.254		179.751	1.584	212.612
		57.256		9.793	67.049
	49.344	139		3.782	53.265
25.143	34.648	18.240		2.980	81.011
<b>55.166</b>	<b>85.246</b>	<b>75.635</b>	<b>179.751</b>	<b>18.139</b>	<b>413.937</b>

Fonte: Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo

Elaboração: DIEESE

Obs.: Valores referentes a 1º de janeiro de 2015 (INPC-IBGE)

## Considerações finais

---

A pesquisa constatou que as políticas salariais praticadas pelo Estado de São Paulo continuam baseadas na concessão de gratificações, reenquadramentos e reajustes diferenciados, configurando uma situação de extrema diferenciação entre os diversos cargos ocupados pelos servidores.

As reestruturações de carreira, como se sabe, não significam necessariamente melhorias nas condições dos servidores. Muitas vezes, a inclusão de um nível na progressão da carreira pode implicar aumento no tempo para se atingir o teto da categoria, mas também pode significar estímulo à permanência do servidor quando essa inclusão é feita como um nível adicional no topo.

Assim, optou-se, neste estudo, por ignorar as mudanças nas carreiras, mas analisar os ganhos e perdas no poder de compra do salário base (SB) dos servidores após essas alterações. O foco no SB justifica-se pela importância deste rendimento no cálculo da contribuição previdenciária do servidor, portanto, na remuneração que ele terá na aposentadoria, e também por ser um item permanente da remuneração das categorias. Outras razões para escolha do salário base como referência são a ausência de condicionantes para pagamento desta remuneração e o fato de este rendimento ser irredutível e proporcional ao número de horas trabalhadas.

Nota-se que há um grande contingente de servidores cujos salários base estão abaixo do valor do salário mínimo nacional. Isso não é necessariamente inconstitucional, no caso dos servidores públicos, pois gratificações e outras remunerações podem ser consideradas como integrantes do salário, quando estabelecido em lei.

De qualquer forma, a maioria dos servidores registrou perda do poder de compra dos salários em relação à data de reestruturação da carreira. Percebe-se também que não houve uma política específica para valorização do salário base e os ganhos salariais de determinadas categorias foram decorrentes de incorporações de gratificações e reenquadramentos funcionais. Assim, nesses casos, houve a transformação de um fator remuneratório em SB, isto é, em geral os aumentos não resultaram necessariamente na elevação de recursos disponíveis ao servidor, somente alteração da forma de pagamento.

Portanto, pode-se afirmar que 280 mil servidores (67,6%) tiveram perdas salariais após a reestruturação da carreira e 32,4% conquistaram aumento real do salário base. Entretanto, o acréscimo do poder de compra dos salários ocorreu em geral por meio da incorporação de gratificações e reenquadramentos.



## ANEXO

---

### Cargos selecionados para o estudo

---

Agente de Escolta e Vigilância Penitenciária	Diretor de escola
Agente de Organização Escolar	Enfermeiro
Agente de Segurança Penitenciária	Escrivão
Agente de Serviços Escolares	Investigador de Polícia
Agente de Telecomunicações Policial	Médico
Agente Fiscal de Rendas	Oficial Administrativo
Agente Policial	Oficial de Saúde
Agente Técnico de Assistência a Saúde	Oficial Operacional
Assistente de Administração Escolar	Professor de Educação Básica I
Auxiliar de Enfermagem	Professor de Educação Básica II
Auxiliar de Laboratório	Secretário de Escola
Auxiliar de Saúde	Supervisor de ensino
Auxiliar de Serviços Gerais	Técnico da Fazenda Estadual
Carcereiro	Técnico de Enfermagem
Cirurgião Dentista	Técnico de Laboratório
Delegado de Polícia	Técnico de Radiologia

---

Rua Aurora, 957 – 1º Andar, Centro  
CEP 01209-001 São Paulo, SP  
Telefone (11) 3821-2140 / fax (11) 3821-2179  
E-mail: [en@dieese.org.br](mailto:en@dieese.org.br)  
[www.dieese.org.br](http://www.dieese.org.br)

**Presidente:** Zenaide Honório

Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo - SP

**Vice-presidente:** Luís Carlos de Oliveira

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de São Paulo Mogi das Cruzes e Região - SP

**Secretário Executivo:** Antônio de Sousa

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de Osasco e Região - SP

**Diretor Executivo:** Alceu Luiz dos Santos

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas de Máquinas Mecânicas de Material Elétrico de Veículos e Peças Automotivas da Grande Curitiba - PR

**Diretor Nacional:** Bernardino Jesus de Brito

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de São Paulo – SP

**Diretora Executiva:** Cibele Granito Santana

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de Campinas - SP

**Diretor Executivo:** Josinaldo José de Barros

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Materiais Elétricos de Guarulhos Arujá Mairiporã e Santa Isabel - SP

**Diretora Executiva:** Mara Luzia Feltes

Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramentos Perícias Informações Pesquisas e de Fundações Estaduais do Rio Grande do Sul - RS

**Diretora Executiva:** Maria das Graças de Oliveira

Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Estado de Pernambuco - PE

**Diretor Executivo:** Paulo de Tarso Guedes de Brito Costa

Sindicato dos Eletricitários da Bahia - BA

**Diretora Executiva:** Raquel Kacelnikas

Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo Osasco e Região - SP

**Diretor Executivo:** Roberto Alves da Silva

Federação dos Trabalhadores em Serviços de Asseio e Conservação Ambiental Urbana e Áreas Verdes do Estado de São Paulo - SP

**Diretor Executivo:** Ângelo Máximo de Oliveira Pinho

Sindicato dos Metalúrgicos do ABC - SP

**Direção técnica**

Diretor técnico: Clemente Ganz Lúcio

Coordenadora executiva: Patrícia Pelatieri

Coordenadora administrativa e financeira: Rosana de Freitas

Coordenador de educação: Nelson de Chueri Karam

Coordenador de relações sindicais: José Silvestre Prado de Oliveira

Coordenador de atendimento técnico sindical: Airton Santos

Coordenadora de estudos e desenvolvimento: Ângela Maria Schwengber

**Equipe Técnica Responsável**

Cesar Andaku

Leandro Horie

Rafael Serrao

Renata Filgueiras

Rogério Machado Limonti

Thiago A. S. Soares

**Equipe de crítica e revisão técnica**

Carla Borges Ferreira

Rafael Soares Serrao